

ESCALA, PLANEJAMENTO E AUTONOMIA.

Theo Soares de Lima

Geógrafo, Mestre e Doutorando em Geografia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

E-mail: theolima@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute, como evidencia o título, algumas relações entre escala, planejamento e autonomia. Primeiramente são apresentados diversos entendimentos sobre escala, e como elas podem influenciar na maneira com que se enxerga e se opera a ideia de planejamento. Em seguida são expostos alguns apontamentos sobre o planejamento e gestão sócio-espacial, em vez do clássico planejamento físico-territorial. Após breve exposição sobre autonomia, é trazido um estudo de caso (exemplo, na verdade, tomado de empréstimo de uma dissertação) para tornar a discussão mais palpável, a Comunidade Urbana Utopia e Luta, em Porto Alegre/Rio Grande do Sul. Por último, retoma-se o que foi dito, conjuntamente com algumas asserções finais.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento; gestão; escala; autonomia; Utopia e Luta

SCALE, PLANNING AND AUTONOMY.

ABSTRACT

The present article discuss, as the title poses, some relations between scale, planning and autonomy. First are unfolded the diversified understandings about scale, and how they can influence the way as one sees and operates the idea of planning. In the following are exposed a few points about socio-espacial management and planning, instead the classic fisical-territorial one. After a short exposure about autonomy, is brought a study case (an exemplar that was actually taken from a masters degree) to make the discussion more palpable, the Assentamento Utopia e Luta, in Porto Alegre/Rio Grande do Sul. For last, it is summoned up what has been said, plus a few more final assertions.

KEYWORDS: planning; management; scale; autonomy; Utopia e Luta

SITUANDO A PROBLEMÁTICA

Acredita-se, como um pressuposto a ser demonstrado, que a escala é uma ferramenta impossível de ser dispensada por qualquer estudo social, e, em particular, pela geografia, porque assume importante caráter epistemológico. Sendo o planejamento e a gestão preocupações dessa disciplina, estão igualmente envoltas na questão: uma noção de escala recai em uma maneira de planejar e gerir, e inversamente, uma maneira de planejar e gerir requer uso de escalas tais e quais.

Se há um objetivo “maior” é mostrar que nenhuma das questões discutidas é fato dado ou pauta encerrada, ou mesmo que uma técnica só possa ser efetivada de uma única maneira. Apresenta-se visões bem distintas não por confusão, ou mera expressão da diversidade, mas com o intuito de que fique claro um apontamento importante: o que resultará de um planejamento em certa

escala é apenas uma decorrência dentre outras tantas maneiras de execução. Em princípio, nem melhor, nem pior, cada qual com potencialidades e falhas, algumas estruturais e irremediáveis, outras negociáveis, outras inconciliáveis. Cabe saber o que se quer cumprir para eleger o método correto. Também houve a tentativa de *desessencializar* certas práticas como intrinsecamente estatais, optando-se por evidenciar isso ao tecer questões contestatórias mais do que por apresentar resoluções ou “alternativas”.

Assim, este trabalho está dividido em três tópicos principais. O primeiro trata da enorme diversidade de entendimentos sobre a noção/conceito de escala, mesmo dentro da própria disciplina geográfica. O segundo apresenta algumas definições sobre os atos de planejar e de gerir, especialmente no que diz respeito ao planejamento sócio-espacial. Há, conjuntamente, alguns comentários breves sobre as operacionalizações de planejamento, como o recenseamento e as etapas de análise, diagnóstico e prognostico. Em seguida, apresentar-se-á observações sobre autonomia, reportando-se a um exemplo localizado em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS). Finalmente, uma breve retomada encerra o artigo.

De maneira alguma este é um trabalho conclusivo, pelo contrário, é um trabalho de continuidade. Talvez jamais seja possível um planejamento radicalmente diferente, autônomo, fora do julgo da centralidade estatal sem recair na completa turbulência do livre-mercado. Talvez tudo que reste seja realmente disputar instâncias “participativas”. Se assim for, melhor haver tentado e errado, do que ter apenas evitado a incerteza em prol da segurança do caminho conhecido.

PROCEDIMENTOS

Este artigo possui procedimentos metodológicos bem simples e claros. Calca-se em revisão bibliográfica para os pontos de interesse a ser discutidos, leia-se planejamento e gestão, escala e autonomia. Sendo esse um trabalho eminentemente teórico, o autor procedeu da mesma maneira para o “estudo de caso”, utilizando da dissertação “Geografia e autogestão: os territórios no viés das resistências” (SILVEIRA, 2011). Vinculando-se amplamente à história do pensamento anarquista, toma como foco a Comunidade Autônoma Utopia e Luta, situada em Porto Alegre/RS. Essa comunidade, que também carrega suas bandeiras rubro-negras e que possui, declaradamente, uma posição libertária, é tomada como exemplo empírico para a discussão do presente artigo.

Quanto ao método diretamente, este autor, ainda que não se alinhe anarquista (porque isso seria vincular-se à doutrina), sem deixar, por isso, de ter posições libertárias/autonomistas, acredita vincular-se ao *anarquismo epistemológico* (FEYERABEND, 1977), ou seja, à concepção pluralista,

não-normativa, que aceita não só composições entre diferentes métodos, quanto aceita que todos os métodos são válidos, não há nem pior nem melhor *a priori*: eles estão vinculados aos contextos e à maneira com que são utilizados.

Quanto ao entendimento de autonomia, que tem se apresentado nos mais diversos sentidos (PICKERILL & CHATTERTON, 2006)¹, aqui possui um sentido que vem de sua própria etimologia. Autonomia significa “dar-se a sua própria lei” (SOUZA, 2006, p. 69), e “vem do grego autós, ‘o próprio’, mais nómos, que tanto significa ‘lei’ quanto ‘convenção’ (SOUZA, 2006, p. 69). Seu antônimo, heteronomia, significa exatamente o contrário, que as leis são dadas por outrem (SOUZA, 2006, p. 69). Portanto, sempre que a palavra autonomia for empregada neste trabalho, ela estará calcada na busca dos sujeitos (coletivamente a partir de suas individualidades) instituírem suas próprias vidas, sem que atores estrangeiros e alheios às suas realidades lhes ditem como viver. Assim, democracia direta (em oposição à representativa), autonomia e *autogestão* são indissociáveis. Mais ainda, uma sociedade totalmente autogerida seria a expressão máxima da “combinação” dos primeiros.

Da maneira geral, a obra de Marcelo Lopes de Souza (1988, 2006, 2013, 2015) é uma excelente consulta da tentativa de trazer o pensamento autonomista, em particular de Cornelius Castoriadis, para dentro da geografia brasileira. Para uma consulta mais sucinta, envolvendo planejamento e gestão *urbana* e a perspectiva autonomista, ver Souza (2000).

A ESCALA COMO QUESTÃO BASILAR

Todo estudo geográfico depende da noção/conceito de escala, e não só essa disciplina, pois ela não lhe é aporte exclusivo. Mas, bem da verdade, para a geografia ela assume condições intrínsecas, faz parte de sua estrutura interna. O raciocínio escalar é elementar aos que trilharam os amplos *senderos* dessa área de conhecimento. Entretanto, é curioso como ainda predomina a visão cartográfica/matemática, a relação entre os objetos representados e os objetos “no mundo real”: escala numérica, escala gráfica... Não importa qual: proporção a ser calculada. Todavia, ela pode ser muito mais, ao torna-se embate epistêmico.

Em um artigo que se tornou famoso na produção brasileira da disciplina, Iná de Castro (2008) reconhece que existem diversos “tipos” de escala. Não é um problema, em si, que cada área trate do assunto sob sua ótica e suas finalidades específicas, mas que se transponha as definições de uma área para a outra. Enfim, para a autora, a escala somente se torna problema geográfico quando

¹ Alguns exemplos são: coletivismo, independência de partidos, poder popular, decisões baseadas em consenso (ou horizontalidade), autodeterminação, diversidade (p. 5-6).

nos ajuda a entender que a “escala, na realidade, é o que confere visibilidade ao fenômeno” (CASTRO, 2008, p. 123), e que “tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como” (grifo nosso; CASTRO, 2008, p. 121).

Roberto Lobato Corrêa (2011, p. 4), por sua vez, destaca quatro tipos de escala: a) quanto tamanho (economias de escala); b) cartográfica (1:2000); c) espacial (abrangência de um processo ou fenômeno, local, regional, nacional, global); d) conceitual (reflexões sobre um objeto e suas representações). Ao também reconhecer a multiplicidade da noção/conceito, o autor esclarece as diferentes finalidades de cada uma e associa-as a implicações metodológicas, algo a que sempre se deveria estar atento.

Em aproximação parecida, J. B. Racine *et al* (1976) falam da importante passagem de uma escala cartográfica para uma escala geográfica. Se a primeira é geométrica, a segunda diz respeito a representar as relações que as sociedades estabelecem. A escala cartográfica é forma, a geográfica é conteúdo. Fazendo eco ao título deste tópico, os autores dizem que a escala é “fenômeno consubstancial de toda a análise” (RACINE *et al*, 1976, p. 124). Não há estudo social *a escalar*. Cabe destacar, ainda, sua formulação de ordem geral, a tendência da homogeneidade crescer em razão inversa da escala, bem como o fato da ela inscrever-se em um processo contínuo de caráter reversível. É possível passar de uma escala maior para um menor e vice-versa.

Marcelo Lopes de Souza (2015) traz a discussão escalar pelo seu potencial de entrelaçamento (corroborando a visão reversiva do parágrafo anterior), pois permite relacionar algo que acontece localmente com arranjos globais, por exemplo. As escalas auxiliam-se mutuamente: uma dimensão colabora com a explicação da outra. Além disso, sua perspectiva está imbuída pela discussão sobre planejamento urbano, e, através de Merleau-Ponty, utiliza-se da escala para criticar os níveis distantes com que, comumente, urbanistas, engenheiros, e até mesmo geógrafos, vem observando e influenciando o espaço urbano. Contra a “visão de sobrevôo” (SOUZA, 2007), o olhar desde dentro. Vale destacar que o autor não hierarquiza importâncias entre os níveis escalares, defendendo que é necessário ter todos em mente e, em especial, saber articulá-los de maneira coerente: “é preciso pensar multiescalarmente” (SOUZA, 2015, p. 112).

Também mantendo uma visão de proximidade com os entendimentos da cidade, que certamente estão conectados às maneiras com que ela é organizada (afinal, o imaginário é intrínseco à prática e vice-versa²), Vitor Cesar fala de uma escala 1:1, em que “a cidade se deixa perceber muito mais, na escala [no espaço] e na velocidade [no tempo] do nosso corpo. Assim, tornam-se

² Sobre essa questão, é exemplar o livro “A instituição imaginária da sociedade”, de Cornelius Castoriadis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1975].

mais visíveis rituais, situações e acontecimentos que constituem a malha urbana e a cultura de uma cidade” (CESAR, 2008, p. 113).

Por ter se inspirado no trabalho dos autores dos dois parágrafos anteriores, é com muita modéstia que o autor deste trabalho se inclui nessa exposição. Fruto da dissertação de mestrado (LIMA, 2015) e, indiretamente, do trabalho de conclusão de curso (LIMA, 2011), porque aquela foi uma decorrência deste, o capítulo de livro (LIMA, 2016) se dedica a discutir a possibilidade de utilizar o conceito de ambiências como forma de regionalizar o espaço urbano. Para tal, partiu-se de uma defesa do caminhar como técnica de apreensão interna da cidade, produzindo uma regionalização à escala da rua.

Yves Lacoste (2008), em sua clássica e contundente crítica ao pensamento vidaliano, e por isso tornada marco da geografia radical, fala das negligências que a disciplina vinha cometendo com a escala. Entretanto, é uma pena que, mesmo que sua contestação da visão escalonada, ou seja, de uma dimensão sobre a outra (na verdade todas os fenômenos acontecem “num mesmo plano”, por assim dizer: a região não paira sobre a cidade, elas são conjuntos ligados com outros conjuntos), em prol de “uma série de *intersecções* complexas” (grifo no original; LACOSTE, 2008, p. 68), mantenha uma visão métrica sobre a questão, onde cada “ordem de grandeza” (LACOSTE, 2008, p. 87-94) é mais extensa que a anterior.

Com R. Pujadas e J. Font (1998) tem-se que a planificação física, ou seja, “lá ordenación armoniosa de los *usos del suelo* que coexisten en un determinado territorio” (grifo no original; p. 20) resultará em planificações territoriais em nível nacional e regional e em planejamento urbano em nível local. As escalas aparecem como âmbitos operacionais de responsabilidade técnica. Para cada escala realiza-se um “tipo” de trabalho.

Vicente Ory (2008) também é direto ao tratar do assunto. “El conjunto territorial a ordenar a pequeña escala puede ser un Estado o conjunto de Estados, o bien – a mayor escala – una región, o, por debajo de esta, una subregión o comarca” (p. 14). Ao falar sobre os “principios de equidad y de sostentabilidad del territorio” (p. 20), escreve que o que se defende, através do planejamento, é uma melhor qualidade de vida e o estudo dos meios para consegui-la. A partir desses objetivos sinaliza que correspondem, a eles, escalas diferentes: “la planificación física del espacio se refiere a una mayor escala y, por lo tanto, de mayor detalle que la asignada al desarrollo regional equilibrado” (BIELZA DE ORY, 2008, p. 20).

Ainda, Rogério Haesbaert (2011) comenta o alinhamento entre a ideia de regional como nível escalar intermediário entre o local e o nacional. O autor não diz que essa é uma ideia

necessariamente errônea. É possível que seja assim, tudo bem, o ponto central é que não precisa ser somente assim: a regionalização é uma ferramenta, e não uma coisa estanque, muito menos algo dado. Há regiões dentro de uma cidade, por exemplo, como são os bairros, e é possível agrupar os bairros em outras regiões, por sua vez (como no caso do Orçamento Participativo – OP – de Porto Alegre³). Entretanto, é preciso ficar claro que esse caráter maleável não quer dizer que ela é mero construto intelectual: há fatos no mundo que condicionam essa operação de recorte (como delimitar uma área de floresta em ambiente desértico. A maleabilidade da região associa-se a da escala.

Enfim, nessa breve apresentação do tema é perceptível a incrível multiplicidade de entendimentos, desde noções até conceitos, da problemática escalar. Algumas visões mais diretas e operacionais, outras no âmbito da episteme e do método. Por enquanto, o que fica é que todas elas têm relação direta com o planejamento, “simplesmente” porque ele se dá em todos os níveis, e que cada possível associação entre escala e planejamento resulta em propostas e pesquisas bastante distintas. Voltar-se-á nesse ponto.

Visando complementar este primeiro tópico, o próximo trará algumas questões sobre as diferenças entre planejamento e gestão e sobre suas ferramentas e procedimentos, bem como o estudo de caso. No terceiro tópico será feita a recuperação do trabalho, acompanhado de um comentário final.

PLANEJAMENTO E GESTÃO SÓCIO-ESPACIAIS

No livro “Mudar a cidade”, Marcelo Lopes de Souza (2015) abre a discussão com uma importante distinção entre as noções de planejamento e gestão. Para tal, utiliza-se de aportes temporais: o planejamento organiza o futuro, a gestão cuida do presente. O primeiro é uma tentativa de “prever a evolução de um fenômeno, [tentando] simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas” (grifo no original; SOUZA, 2015, p. 46), enquanto o segundo significa “administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (grifo no original; SOUZA, 2015, p. 46).

Como salienta o autor (SOUZA, 2015, p. 45), atualmente o termo gestão vem ocupando o lócus do planejamento. “Tudo é gestão”, e todos os problemas de organização se dariam por incompetência, do poder público e dos consórcios, em gerir satisfatoriamente recursos e corpo técnico. O curioso é que esse discurso, geralmente acompanhado de uma proposta de

³ Para uma avaliação sobre a relação entre OP e planejamento urbano, ver Souza (2015).

“modernização”, tem como finalidade enxugar a máquina pública, facilitar licenciamentos, cortar impostos e assim por diante. Não é difícil perceber que, na verdade, em vez de otimizar e modernizar, o termo correto seria precarizar (para facilitar a privatização, poder-se-ia fazer o adendo). O atual caso do Rio Grande do Sul (RS), com o fechamento de fundações e a fusão de secretarias, é emblemático⁴. O maior agravante é quando, ao defender uma “gestão eficiente”, ataca-se diretamente os órgãos de planejamento. Ora, pode-se, sem nenhum problema, ter um excelente planejamento e uma excelente gestão simultaneamente, porque não são ações contrárias, mas complementares! Proceder de outra maneira é criar um falso conflito. Entretanto, tais tensões surgem em função, além de outros fatores, da existência de diferentes concepções de desenvolvimento (de Estado, de economia, de cidade), assunto que, por si só, dá metros de “pano para a manga”, e sobre as quais não se gastará papel e tinta no momento.

Continuando, uma possibilidade para se entender o crescente discurso da gestão pode ser encontrada em Harvey (2006), quando ele analisa a transformação da governança urbana do aspecto administrativista para o do empreendedorismo. A cidade começa a ser vista analogamente a uma empresa. O conflito que deriva daí é simples, tão simples que chega a ser absurdo que tenha adesão: se um setor da firma não está trazendo contratos, realizando trabalhos lucrativos, e assim por diante, fecha-se o setor. Demitir empregados ao fluir do mercado e mudar o foco de tarefas é tática corrente no mundo privado. O absurdo, que deveria ser evidente, é que uma cidade é pública, formada de cidadãos, e um cidadão não pode ser demitido!

Feitas as considerações até aqui, para alguém de posições libertárias como este autor, poderia haver um conflito em potencial. Por um lado, reconhece-se os intrínsecos problemas existentes em uma instituição heterônoma como o Estado, que o é por definição. Pode-se “democratizá-lo”, através do aumento das instâncias participativas, ou através da transparência das prestações de contas, etc., mas ele continuará sempre sendo uma centralidade hierárquica, e, em última instância, autoritária. Por outro lado, é difícil não defender um projeto de Estado frente aos avassaladores eventos que o Brasil, por exemplo, vive hoje. Entre a usura e a usurpação da mão (nada) invisível do mercado e a possibilidade de garantias mínimas (acesso à moradia, saúde, educação, segurança, alimentação), mesmo um libertário não pode se furtar de optar pela segunda. E, no fundo, não há realmente uma contradição nesta postura, a questão é saber agir “*sem o Estado, amiúde apesar do Estado e, quem sabe, contra o Estado*” (grifos no original; SOUZA, 2015, p. 86).

⁴ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-extinge-nove-fundacoes-e-reduz-numero-de-secretarias-no-rs.html>. Acessado entre Julho e Agosto de 2017.

No contexto contemporâneo, defender ações estatais é uma tática para ganhar melhorias, um “viver melhor agora”, visando a estratégia de não depender mais delas futuramente.

Historicamente, o planejamento tem sido visto como responsabilidade do Estado, tanto porque este mobiliza os recursos para tal, como o corpo técnico, e, mais ainda, porque seria responsável por cuidar do “interesse público” (SOUZA, 2015, p. 86). A coleta e organização de dados em grandes dimensões, como no caso de censos (populacionais, agropecuários, etc), remete “naturalmente” ao âmbito estatal, afinal, é ele quem teria as condições efetivas de dar resposta a tal magnitude. Entretanto, não é exatamente assim. A sociedade não é capaz de se mover na direção de produzir seus próprios dados? Parece que sim, entretanto há uma fossa abissal entre poder e fazer, por isso tais condições precisam ser criadas tanto material quanto simbolicamente, através de um processo que se dará gradualmente e não “de uma hora para a outra”.

Que se comece, então, pelo indicativo do parágrafo acima, com aquilo que acaba sustentando todo e qualquer planejamento: a produção e organização de dados. Num primeiro momento a leitura é de que eles são totalmente necessários. Não há como planejar sem ter informação. Assim como se precisa conhecer o sistema de transporte para ingressar no ônibus correto, precisa-se conhecer a configuração espacial sobre a qual o planejamento agirá, ou seja, saber o que será organizado. Mas esse “instrumento de controle é ambíguo pois, se é útil em diversas situações, a tentação de usá-lo para intervenções negativas é enorme” (RAFFESTIN, 2011, p. 62). É o limiar da máxima de que o mal infligido se dá “pelo teu próprio bem”.

Assim, o recenseamento estatal não é neutro, como nada é: ele carrega uma certa intencionalidade. Por isso, há outra leitura para além do manifesto primeiro, a de que o recenseamento é “a 'contabilidade' dos homens e das coisas. É o domínio pelo número, a posse pelos símbolos” (RAFFESTIN, 2011, p. 62). Não é coincidência, portanto, que os recenseamentos tenham surgido no Séc XVIII, momento que condiz com a construção do poder disciplinar (FOUCAULT, 1977). Querendo ou não, é com as respostas domiciliares, dadas ao servidor, que o Estado planeja as ações muitas vezes nocivas ao próprio indivíduo que respondeu às perguntas.

Contudo, o recenseamento é, obrigatoriamente, um instrumento de poder em seu sentido negativo?⁵ Um inventário feito pela própria população sobre sua realidade pode, muito bem, servir como forma de autoconhecimento, como também pode servir enquanto tática de fiscalização social sobre o poder público. Todavia, o caldo cultural necessário para que isso ocorra se constrói através

⁵ Michel Foucault (1977) defende que o poder, contrariamente ao que viam as análises clássicas, não é somente algo coercivo, ele também apresenta aspectos produtivos, enquanto criador de subjetividades.

da prática. É preciso ideias, inspirações e realizações de cunho autônomo para que uma população possa, efetivamente, instaurar-se autonomamente. Entretanto, parece haver um senso comum de que as pessoas não sabem o que fazem (já diria Jesus ao lado de Barrabás, “perdoai-vos”), e que, se fizerem, será mal feito. Ora, errar acerca do que nunca se fez antes é completamente normal à vida cotidiana, e mais, “não teriam, os cidadãos comuns, o direito de *errar em liberdade?*” (grifo no original; SOUZA, 2006, p. 69). Ainda, que garantia há de “acerto” pelo lado técnico/científico, seria simplesmente por não ser “comum”? O argumento de que o conhecimento acadêmico é melhor “por ser acadêmico” não é nem mesmo um argumento.

Prosseguindo, sobre as ferramentas e métodos de planejamento. Feita a aquisição das informações, há a continuidade para a análise, o diagnóstico e o prognóstico (PUJADAS & FONT, 1998). Respectivamente, contextualizar o espaço sobre o qual o planejamento está se debruçando, ou seja, a situação atual, a identificação dos problemas e potencialidades existentes, e, enfim, o estabelecimento de um plano com propostas a ser seguidas. Mas, entre os sujeitos que produzem o local e nele se reproduzem, e os “atores geopolíticos” (ROSIÈRE, 2007), quem conhece melhor a realidade fática? É certo que a esta pergunta cabe, ao menos, uma ressalva. Não é por ser camponês que a pessoa tem “conhecimento de causa” para versar sobre a concentração fundiária brasileira, a matriz da produção agropecuária, e assim por diante. Contudo, sobre o ser e o fazer camponês, ninguém o fará melhor.

Além disso, não é só em termos locais que as pessoas haverão de ser capazes de avaliar e projetar, “basta” que se estabeleçam redes de comunicação e trocas que favoreçam essa situação. Não há razão para supor, de antemão, que apenas o Estado é capaz de planejar e gerir grande áreas, afinal de contas ele também é feito de pessoas. A peculiaridade central parece ser o acesso amplo aos recursos (formação teórica e técnica, suporte financeiro, controle de informações, etc.) necessários para execução de suas tarefas. Por que parar a atuação popular em escala local? O caso da revolução espanhola (RODRIGUES, 2011), sob condições tecnológicas muito inferiores que a atual e sofrendo das dificuldades de um contexto de luta armada e de complexos interesses internacionais, mostra que não há motivo para tal. Assim como ilustram, contemporaneamente, os mapeamentos coletivos dos *Iconoclastas* (RISLER & ARES, 2013): desde um plano de infraestrutura em um bairro de Barcelona até a utilização de agrotóxicos na Argentina, por exemplo.

Nesse sentido, diversas investidas dentro do amplo guarda-chuva denominado “cartografia social” (ACSELRAD & COLI, 2008) vêm mostrando a força do conhecimento adquirido pela

experiência⁶, os limites do planejamento e gestão estritamente técnicos (especialmente os tecnicistas) e as novas propostas – possíveis e já realizadas - sobre o tema (SILVA, C. et al, 2011). Por exemplo, um autóctone possui plena capacidade para contextualizar onde e como sua vida se desenrola. Certamente não são escassos os referenciais para observar as dificuldades de seu cotidiano, o que lhe faz, por conseguinte, capaz de ponderar sobre o que há e o que falta. À sua maneira ele também analisa, diagnostica e projeta.

Resumindo, está colocado um grande embate entre diferenças no ver e no pensar o mundo, e, em última instância, em como adequar tais diferenças. As diferenças, por exemplo, entre o técnico, que representa o Estado em seu agir formal, alocando e realocando objetos, ordenando os “elementos del territorio” (BIELZA DE ORY, 2008, p. 13), e aqueles que existem *no local* e fazem dele seu “lugar” (SOUZA, 2013, p. 111-134), preenchendo-o de conteúdo, através do sopro de vida que dá ânimo à forma, como diria Milton Santos (2008).

O “desafio, então, é o de *planejar de modo não-racionalista e flexível*” (grifo nosso; SOUZA, 2015, p. 51), atentando que, mesmo que a distância mais curta entre dois pontos seja o local ideal para implementar uma estrada, esse “idealismo” afeta a vivência concreta de várias pessoas. Que a barragem, “necessária para o desenvolvimento da nação”, alaga estórias e sonhos⁷. E assim por diante, os exemplos conclamando novos modos de planejar e gerir poderiam prosseguir, porque “tendem ao infinito”. Todavia, por mais variados que sejam, todos servem às mesmas finalidades: alertar para necessidade de rompimento paradigmático com o “planejamento físico-territorial clássico” (SOUZA, 2015, p. 123-131) e impelir um compromisso ético imprescindível, o de não “planejar ou gerir apenas ou sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.), mas sim planejar e gerir *relações sociais*” (grifo no original; SOUZA, 2015, p. 178).

Para encaminhar, e fazendo “um gancho” com a última citação, acima, cabe um breve comentário ao título dado para este tópico, o sócio-espacial em vez de socioespacial. Essa diferenciação é bem simples, mas extremamente útil e importante. Se o segundo diz respeito mais diretamente às estruturas, como “o estádio de futebol, com suas marcações, suas arquibancadas, etc” (SOUZA, 2013, p. 15), o primeiro ressalta o que anima essa estrutura, “as interações que se desenrolam durante a partida” (SOUZA, 2013, p. 16). Em socioespacial, o sócio é um qualitativo do

⁶ Provavelmente o exemplo mais difundido, no Brasil, seja o projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, capitaneado pelo sociólogo Alfredo Wagner: <http://novacartografiasocial.com>. Acessado entre Julho e Agosto de 2017.

⁷ Para citar uma excelente reportagem sobre uma cidade ímpar na história brasileira, recomenda-se a leitura de “Canudos, a cidade do fim do mundo. Depois de renascer de suas cinzas, Canudos foi afogada por uma represa. Esta é sua memória”: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/04/politica/1486239968_195098.html. Acessado entre Julho e Agosto de 2017.

espacial, referência à mão humana na construção, já em sócio-espacial a referência é “um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2013, p. 16)⁸.

O PROJETO AUTONOMISTA E SEU ANTÔNIMO

Autonomia significa “dar-se a sua própria lei” (SOUZA, 2006, p. 69), e “vem do grego *autós*, ‘o próprio’, mais *nómos*, que tanto significa ‘lei’ quanto ‘convenção’ (SOUZA, 2006, p. 69). Seu antônimo, heteronomia, significa exatamente o contrário, que as leis são dadas por outrem (SOUZA, 2006, p. 69). Prezar pela autonomia, portanto, é defender que os indivíduos tenham soberania de decidir acerca de suas vidas, sobre que rumos tomar e através de quais formas de organização prosseguir. Esta condição se expressa, em seu mais alto grau, pelo fato de que “não teriam, os cidadãos comuns, o direito de *errar em liberdade?*” (grifo do autor; SOUZA, 2006, p. 69).

Aproveitando a última afirmação, a ideia de uma sociedade autônoma depende, precisamente, de uma “questão de grau” (SOUZA, 2015, p.177, p. 187), podendo ser pensada também em sentido “fraco” e “forte” (SOUZA, 2015, p. 82-6; 2015, p. 189), uma vez que não podemos tratá-la como dicotomia de "ou tudo ou nada". A luta contra a *heteronomia* é um processo constante de busca, que a cada conquista consegue pensar perspectivas antes inconcebíveis. A liberdade de cada dia projeta liberdades novas que, subsequentemente, trazem liberdades outras. Não se pode pensar essas noções como situações fechadas, em que se atingiu ou não a capacidade de decisões autoinstituídas. Ao mesmo tempo, pode-se facilmente conceber, comparativamente, duas sociedades em que há mais e menos capacidades, ou margens de manobra, para os cidadãos exercerem a política. Uma teocracia, sem dúvida, é *menos* autônoma que uma democracia representativa, e uma autogestão é *mais* do que esta.

Há, ainda, uma distinção interna na noção de autonomia, entre o âmbito individual e o coletivo. Ambas se imbricam, atualizam-se uma da outra, condicionam-se. Uma estrutura social que foque na soberania dos indivíduos, tende a se tornar uma sociedade regida pelo egoísmo, pelo individualismo, pelos direitos que se dividem em vez de se somarem, uma política liberal em sentido mais estrito, onde a liberdade termina no começo da do outro. Em uma sociedade autônoma, a liberdade de um se agraga a do próximo. Ao contrário da predominância individual, só pensar a escala coletiva tende a suprimir o indivíduo, recaindo, por exemplo, em uma heteronomia de tipo stalinista. Assim, faz-se imperioso, para buscar um projeto autonomista, que exista a junção entre

⁸ Para aprofundamento sobre essa diferenciação, ver o capítulo 11 sobre “desenvolvimento sócio-espacial” (SOUZA, 2013, p. 261-300)

“autonomia *individual* e autonomia *coletiva*” (grifo do autor; SOUZA, 2006, p. 70), ou seja, “a capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para sua existência e perseguir-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades” (SOUZA, 2006, p. 70), e “instituições sociais que garantam igualdade efetiva - e não apenas formal - de oportunidades aos indivíduos para satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva” (SOUZA, 2006, p. 70). As próprias definições desses dois “níveis” de autonomia mostram a ocorrência de um sobre o outro.

Sempre que é feita uma crítica mais radical ao establishment, é forte a tendência de que seja demandado qual seria a alternativa ou o que poderia se colocar no lugar do que se quer destruir ou mesmo transformar. A expressão máxima disso pode ser exemplificada com ensaios utópicos, como o passo-a-passo para o momento do estopim revolucionário, em *A conquista do pão* de Piotr Kropotkin, ou o projeto de vida comunitária em falanstérios, concebidos por Charles Fourier⁹. Entretanto, aqui se tem um posicionamento diferente quanto a essas tentativas, pois “quanto mais se tenta antecipar os próximos passos na direção de uma mudança sócio-espacial, mais incerto e nebuloso fica o caminho e mais irrelevante tende a ser a resposta” (SOUZA, 2000, p. 85). Por isso a seguir é trazida uma experiência que já acontece, e que pode servir, para além de suporte ao que aqui consta escrito, como *inspiração*.

A EXPERIÊNCIA DA “COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA”

Para encaminhar a discussão, feitas as observações distintivas acima é importante trazer à baila um “estudo de caso”, a experiência do “assentamento urbano” (conforme escrito em sua fachada) Comunidade Autônoma Utopia e Luta, e sua Cooperativa de Solidariedade.

Fruto de uma ocupação no V Fórum Social Mundial, no ano de 2005 em Porto Alegre, o assentamento tornou-se um exemplo de *moradia popular autogerida*. Assim, o caso em tela é da ordem das microrresistências, ou dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2013, p. 105), em que a escala do planejamento e da gestão se dão no nível da reprodução cotidiana. A importância e a intensidade do território não se dá pelo seu tamanho, mas diretamente pelas relações sociais que o constituem. Pois muito além de um objeto, uma coisa ou uma substância, o território é, em si, uma relação social, internamente constituída pelas mais diversas relações que os sujeitos mantêm entre eles.

⁹ KROPOTKINE, Piotr. **A conquista do pão**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1975 [1888].
BARROS, José A. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. In. **Mediações**, v.16, nº1. Londrina, 2011, p. 239-255.

Como defendido desde o início deste trabalho, para cada escala corresponde um tipo de ação, nem melhor, nem pior, diferente. A proposta do Utopia e Luta não pode ser diretamente transposta para outros âmbitos, tanto no sentido de casos específicos (sim, cada caso é um caso, o que se pode fazer é estruturar algumas séries de princípios e estratégias políticas e organizativas), quanto em sentido escalar. Auto-organizar-se para gerir um prédio não é a mesma coisa que gerir uma cidade, entretanto, as escalas não deixam de estar entrelaçadas: é preciso manter em foco um pensamento *multiescalar*: experiências confederadas, por exemplo, são uma aposta do anarquismo desde Proudhon e seu “Do princípio federalista” (2001 [1863]). Nas palavras de um entrevistado, morador da Comunidade à época, o Utopia e Luta serve como aprendizado “a partir da nossa casa para o mundo” (SILVEIRA, 2011, p. 31). Assim, não é o caso de “apenas” uma luta por moradia, por colocar um teto sobre a cabeça e ter um lar para chamar de seu. É um “projeto de vida e não um exemplo de compra de terreno público pela Caixa Econômica Federal [via projeto do Ministério das Cidades]”, relata outro morador (SILVEIRA, 2011, p. 31).

Enfim, sobre a estrutura do Assentamento. Originalmente, quando já consolidada a moradia, foram criadas duas esferas, ou “departamentos”, que guiaram a organização política e administrativa do Utopia: a coordenação e o condomínio. A primeira tem a responsabilidade de “gerir as questões políticas, como contato com movimentos sociais, coletivos autônomos, sindicatos, além da administração da Coopsul”, (SILVEIRA, 2011, p. 35), enquanto a segunda “se torna responsável pela gestão da lavanderia, portaria, condomínio dos moradores, entre outras demandas mais específicas” (SILVEIRA, 2011, p. 35). Para além disso, “estes dois departamentos se tornam os responsáveis pela secretaria, responsável por convocar assembleias periódicas, organizar as pautas, etc.” A importância da secretaria advém do fato de que as assembleias são a instância máxima de decisão coletiva (SILVEIRA, 2011, p. 35).

Até hoje persiste o grupo envolvido com o condomínio, entretanto, a esfera da coordenação foi dissolvida, desmembrada, na verdade, em cinco núcleos, além da comissão política e da comissão cultural. Os núcleos são: corte e costura, padaria, horta hidropônica, serigrafia e lavanderia comunitária (SILVEIRA, 2011, p. 39-40). Chama atenção que a horta hidropônica foi construída no terraço do prédio, constituindo-se em caso de vanguarda (SILVEIRA, 2011, p. 82)¹⁰.

Quanto ao aspecto do planejamento (nanoterritorial!), cabe uma menção aos usos identificados da palavra “projeto”, durante entrevistas e vivências realizadas no local:

¹⁰ Anexo 7: “Comunicado do Utopia e Luta, de 16 de Junho de 2011 - Inauguração do projeto Plantando Alternativas Gerando Sustentabilidade” (SILVEIRA, 2011).

[...] entre as entrevistas e a vivência no Utopia e Luta, foi possível escutar diversas vezes a palavra "projeto", pronunciada com diversos sentidos: no sentido político, no sentido de "projetar" algo para o futuro e, também no sentido de um documento elaborado com algum objetivo, como os projetos enviados para concorrer aos editais públicos. Ao mesmo tempo, nota-se que, ainda que utilizados em contextos diferentes, o sentido da palavra "projeto" converge para um objetivo comum (SILVEIRA, 2011, 37).

Assim, planejamento torna-se uma ampla noção, que abarca o projeto no sentido de documento, de objetivo comum e de visão de futuro. A gestão é a tentativa rotineira de garantir a efetivação desses aspectos. E a autonomia apresenta-se pela busca de garantia, a partir da própria comunidade, tanto de aspectos objetivos, como geração de renda, quanto de aspectos mais amplos, enxergando o Utopia como uma maneira “diferente” de viver.

O prédio não é composto apenas de apartamentos, ele é efetivamente mantido pelos moradores. Portaria, lavanderia, horta, padaria... São pessoas produzindo um espaço extremamente mais complexo que um conjunto de condôminos que simplesmente pagam um valor para imobiliária e que, dentro do possível, evitam qualquer reunião de condomínio e responsabilidades de síndico. Além disso, apresenta-se como uma alternativa para moradia popular radicalmente mais interessante do que empreendimentos de conjuntos habitacionais, ao recuperar a função social de prédios abandonados. Os núcleos, bem como as assembleias, mostram empiricamente as distinções entre autonomia individual e coletiva, comentadas em tópico anterior. A tentativa de “dar lei a si próprio” enxergando-se em meio a algo maior, que respeita o que quer o indivíduo, mas que decide e se mobiliza coletivamente.

Enfim, o espaço Quilombo das Artes (SILVEIRA, 2011, p. 37-41), localizado no térreo, serve como espaço de encontro de toda sorte, desde reuniões até apresentações. O espaço é frequentemente utilizado, inclusive, para encontros de organizações de fora da Comunidade. Muito diferente do que ocorre em um condomínio “normal”, onde no máximo consegue-se o uso do salão de festas, com uma taxa de uso e de limpeza, e assim por diante. Independente do seu tamanho físico e densidade populacional, o Utopia e Luta carrega visões de outros mundos possíveis e faz parte de que se pode chamar de “políticas de resistência, mínimas, contra um adversário mais forte, mas política ainda assim” (LIMA, 2013).

AMARRAÇÕES FINAIS

De maneira geral, neste breve trabalho teve-se a intenção de mostrar, por um lado, definições e ferramentas do planejamento e da gestão sócio-espacial e, por outro, através da multiplicidade dos entendimentos escalares, de que não há apenas um procedimento de pesquisa e

cada procedimento dirá algo distinto do outro. Não cabe, portanto, priorizar a unicidade metodológica, porque em princípio não há “o melhor” método, apenas *o mais adequado para a circunstância dos objetivos*.¹¹

Também espera-se ter ficado claro que *não há qualidades e finalidades inerentes às ferramentas utilizadas* para planejar e gerir, *elas se dão conforme o uso que lhes é destinada*. Se a cartografia e o recenseamento surgem visando o controle do território nacional, como forma de garantir sua soberania, não é obrigatório que seja assim “para sempre”. Apropriar-se de certos procedimentos para outros propósitos não só é plausível como já ocorre. “Tentativas de um novo mundo já existem”, como disse Raúl Zibechi na abertura do Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em novembro de 2017. Outros mundos já resistem há muito tempo, lembrou, a seguir, a liderança yanomami Davi Kopenawa. Os casos de cartografia social e mapeamento coletivos, citados anteriormente, são exemplos dessa transformação: a técnica que antes encarcerava passa a empoderar. Além disso, não há nenhuma capacidade inequívoca no planejamento estatal, especialmente em relação ao “cidadão comum”. O Estado é cheio de ambiguidades, disputas, desacertos, como sói acontecer com todos os âmbitos da vida. Por isso mesmo, experimentar é preciso.

Inclusive, não parece ser excessivo dizer, a bem da verdade, que o planejamento é inerente ao próprio cotidiano. Todos os dias se avalia o que há por fazer, onde se tem que ir, como efetivar tais demandas. Qualquer pessoa está, constantemente, planejando seu dia. E é claro que não se pode transpor esse raciocínio como equivalente a planejar a máquina pública. Ao mesmo tempo, esta dimensão “corriqueira” jamais deve ser esquecida, porque lá onde a centralidade estatal está ausente (seja nos espaços segredados do tecido urbano, seja no campo, à revelia dos desmandos de “coronéis”) a vida segue a girar, a desdobrar-se de mil e uma maneiras, a criar em meio às dificuldades. Através dessas sabedorias adquiridas pela escassez, da inventividade dos mais fracos no espaço, é que reside a potência do novo, “a força de portar o futuro” (SANTOS, 1996, p.12). Não há razão para ignorá-las ou desqualificá-las. Enfim, pensar um planejamento e uma gestão que permita escutar essas vozes, que as torne ativas e que propicie seu empoderamento para, quem sabe

¹¹ “Deve-se, adicionalmente, salientar que, na medida que o ‘método’ (no sentido amplo da palavra grega *méthodos*: caminho para se chegar a um fim) não é independente do objeto, pesquisadores e técnicos que não tenham uma relação forte e intensa com o espaço de referência para um planejamento ou uma gestão devem abdicar, via de regra, de aconselhamento direto. Os técnicos e intelectuais locais, sejam membros dos conselhos populares ou não, têm uma responsabilidade muito maior quanto ao destino do espaço no qual residem e trabalham – o qual é, para eles, um *espaço vivido*, um *lugar* com o qual se acham organicamente comprometidos. Os pesquisadores ‘de fora’ devem procurar se restringir a uma colaboração mais indireta, sobretudo contribuindo para o aprimoramento e a requalificação dos quadros locais, em vez de atuar como consultores que elaboraram planos acabados e como que saídos de uma linha de montagem” (grifo no original; SOUZA, 2000, p. 95).

um dia, se autoinstituírem, parece ser um caminho digno de ser percorrido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In. ACSELRAD, H (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BIELZA DE ORY, V. **Introducción a la ordenación del territorio**: un enfoque geográfico. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, 2008.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2008.

CESAR, V. **Urbanismo 1:1**. In. KUNSCH, G. (Org.) **Urbânia 3**. São Paulo: Editora Pressa, 2008, p. 112-114

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In. CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 163-190.

LACOSTE, Y. **A geografia** – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LIMA, T. S. **Caminhos urbanos à Deriva**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/55551>>

_____. Deambular pela cidade como uma experiência humanista. In. **Revista TERRITÓRIO AUTÔNOMO** [recurso eletrônico] / ReKro – n. 2, 2013, p. 27-40. Disponível em <<http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>>

_____. Dos recortes do espaço à instrumentalização da geografia. In. HEIDRICH, A.; PIRES, C. L. Z (orgs.). Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura. Porto Alegre: Editora IGEO/UFRGS, 2016. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/149928>>

_____. **Ensaio sobre a vida cotidiana.** Passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/128940>>

PICKERILL, J.; CHATTERTON, P. **Notes towards autonomous geographies:** creation, resistance and self-management as survival tactics. In. **Progress in Human Geography**, v. 30, 6, 2006, p. 1-17.

PROUDHON, P. J. **Do Princípio Federativo.** São Paulo: Imaginário. 2001.

PUJADAS, R.; FONT, J. **Ordenación y planificación territorial.** Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. In. **Revista Brasileira de Geografia** (transcrição). Rio de Janeiro: IBGE, 1976, p. 123-135.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Khedyr, 2011

RISLER, J.; ARES, P.. **Manual de mapeocolectivo:** recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RODRIGUES, G. B. **Comunas e federações, territórios libertários:** a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/772121.pdf>>

ROSIÈRE, S. Lesacteursgéopolitiques. **Géographie politique &Géopolitique.** Paris: EllipsesÉdition, 2007, p. 238-346.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. Por uma epistemologia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21, Porto Alegre, 1996, p. 7-14.

SILVA, C. A.; RIBEIRO, A. C. T.; CAMPOS, A. (orgs.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade:** desafio das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, R. F. **Autogestão e Geografia:** os territórios no viés das resistências. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17082012-092905/pt-br.php>>

SOUZA, M. L. -**A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114.

_____. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015 [2001].

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, 2000, p. 67-100.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.